

CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA PARA A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Flávio Xavier de Macedo¹
Lívia dos Reis Amorim²

RESUMO

O MST, por meio de lutas sociais de contestação e reivindicação por uma educação voltada às peculiaridades e respeito às diversidades socioculturais do campo, foi precursor na conquista de avanços na discussão e reflexão sobre os princípios e a seguridade de direitos e políticas públicas de garantia da Educação do Campo. O estudo tem como objetivo central de estudo a Educação do Campo e as contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na elaboração de propostas de políticas públicas educacionais voltadas para o sujeito do campo. A metodologia usada para a realização da pesquisa tem base no materialismo histórico-dialético a partir de pesquisa bibliográfica realizada sobre o 1º Enebra e as Conferências Nacionais por uma Educação do Campo. Conclui-se que o MST colaborou, consideravelmente, para o desenvolvimento de uma educação pensada para o campo, especialmente pelo fato de o movimento ser formado por sujeitos que procuram participar ativamente da política do país.

Palavras-chave: Educação do Campo, Políticas Públicas, MST, Sujeitos do Campo.

INTRODUÇÃO

Educação é um “processo de formação humana que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade”. (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 24). De acordo com o exposto, o principal objetivo da educação deve ser o de atribuir ao homem recursos culturais qualificados capazes de estimular as transformações materiais e espirituais reivindicadas pela dinâmica da sociedade.

Os interesses das forças dominantes brasileiras instituem a história da situação educacional que envolve a realidade do meio rural, situando a educação do campo entre períodos de presença e ausência na agenda política do país. Interesses das elites rurais conservadoras e urbano-industrial demonstram desconhecimento sobre a importância da

¹Mestre pelo Curso de Administração da Universidade Americana-PY, flavioxavierxe10@gmail.com;

²Doutoranda pelo Curso de Ciências da Educação da Universidade Americana-PY, Mestre pelo Curso de Ciências da Educação da Universidade UNOESTE - SP, liviaamorimdosreis@gmail.com;

educação para os trabalhadores do campo, fazendo com que o aparecimento da escola no campo ocorra de maneira descontínua e tardia.

Uma longa trajetória foi percorrida para se conquistar políticas públicas direcionadas, especificamente, para o projeto de educação aos sujeitos do campo, que, no decorrer do tempo, foi definido por um processo de desprezo do modo de vida. Após vários debates, movimentos sociais, sindicais e populares, lutaram pela elaboração de políticas específicas que valorizassem a realidade dos povos do campo. O campo passa a ser reconhecido como espaço de diversidade e cultura.

O enfrentamento dos trabalhadores rurais junto ao Estado, questionando direitos básicos como trabalho, terra, moradia, saúde, crédito e educação, inicia a construção de uma proposta de educação reconhecida cultural e socialmente para o campo.

“Trata-se, portanto de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo”. (MOLINA e SÁ, 2012, p. 324).

O termo Educação do Campo só surgiu recentemente. Foi usado, inicialmente, por volta de 1990, mas somente em 2008 aparece em um documento oficial. Sua origem se dá principalmente por meio da luta por terra, realizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), junto à necessidade de escolas públicas nos acampamentos e assentamentos criados pelo MST. (AMORIM, 2017, p. 47).

A definição de Educação do Campo surgiu da análise do conceito, dos princípios e das práticas que conduzem a educação rural e agrícola a partir dos anos 1980. Movimentos sociais, com destaque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e professores das universidades efetivaram uma proposta para determinar o que foi nomeado paradigma da Educação do Campo. Fernandes, Cerioli e Caldart (2005, p. 27) declaram que

Nosso propósito é conceber uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais. Para que vivam com dignidade e que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação.

A Educação do Campo é um modelo educacional com projetos educacionais, produção teórica, políticas públicas em uma prática de transformação da realidade com base na luta contra o capitalismo. A proposta de Educação do Campo surge para “estabelecer conexões nas formas de produzir, de se organizar, de lutar e de educar/formar/ensinar a sua base, como forma de se produzir transformações substanciais na própria existência humana desses sujeitos”. (VENDRAMINI; MACHADO, 2011, p. 87).

Para Amorim (2017, p. 46), “Educação do Campo tem como característica principal a luta dos trabalhadores do meio rural por políticas públicas eficientes, que estabeleçam o direito a uma educação que aconteça no campo e que seja do campo”.

Caldart (2012, p. 257) afirma que a educação do campo é um “fenômeno da atual realidade brasileira”, sendo vista como uma “categoria de análise” das práticas e políticas de educação dos sujeitos do campo. Caldart assegura que os processos de luta dos movimentos sociais do campo; os embates com a força ofensiva neoliberal no país, originados na década de 1990, e as inovadoras práticas educacionais são o alicerce para o progresso da construção coletiva do paradigma da Educação do Campo.

Para a construção de uma educação integral, a concepção de Educação do Campo trata de assuntos que perpassam o gênero, a raça e a etnia, a diversidade cultural e das gerações, a soberania alimentar, o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente. A escola tem uma função imprescindível; compreende um conjunto de práticas pedagógicas que devem estar relacionadas à realidade, embora não seja o único espaço em que se possam adquirir conhecimentos. “Na Educação do Campo, o debate do campo precede o da educação ou da pedagogia, ainda que o tempo todo se relacione com ele”. (CALDART, 2008, p. 77).

A fim de possibilitar uma nova configuração de educação, o setor educacional do movimento promove um novo modelo de currículo para a área rural, que busca, além de outros requisitos, “uma educação que valorize o saber dos(as) educandos(as), visto que crianças, jovens, adultos, pessoas mais velhas, todos têm um conjunto de saberes, uma cultura e uma história que precisam ser respeitadas e consideradas quando entram na escola”. (CALDART, 1997, p. 42).

Por intermédio de movimentos e lutas sociais do MST, surge a iniciativa de elaborar uma proposta educacional que atenda às necessidades dos povos do campo. Para Vendramini (2007, p. 123), “a educação do campo não emerge no vazio nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social”.

Evidencia-se que o processo de exclusão da população do campo, em relação ao direito de acesso à educação, só não é mais grave devido às lutas do MST pela permanência de escolas no campo e pelo cumprimento da Constituição Nacional, quando o acesso à educação deveria ser o resultado da implantação de políticas públicas voltadas a atender às demandas desse setor da sociedade. (GARCIA, 2009, p. 68).

O presente estudo tem como objetivo central de análise a Educação do Campo e as possíveis contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na elaboração de propostas de políticas públicas educacionais voltadas para o sujeito do campo.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, utilizou-se a abordagem teórico-metodológica numa perspectiva qualitativa, de acordo com os pressupostos do materialismo histórico e dialético. A prática de pesquisa pautou-se em análise bibliográfica e documental. Conforme Gadotti (1995), o materialismo histórico-dialético compreende a história numa luta entre contrários. Ele considera a matéria e o pensamento como princípios associados, conexos; são um todo universal e indivisível. O materialismo histórico-dialético torna-se considerável ferramenta, capaz de transformar a realidade por meio de outras referências, eliminando a exploração humana, proposta apoiada por quem luta por terra.

Segundo os estudos de Kuenzer (1998), o materialismo histórico-dialético tem a dialética como lógica e teoria do conhecimento. Estudos que ocorrem conforme os interesses da classe trabalhadora trazem o entendimento do mundo do trabalho, dos processos educativos escolares e não escolares, tendo o parâmetro da economia política como critério para a construção do conhecimento. Ao aprimorar o materialismo histórico e dialético, o Marxismo coloca-se politicamente como um preceito de empoderamento da classe trabalhadora. As pesquisas acerca da Educação do Campo devem expandir direitos sociais também aos trabalhadores rurais, a partir da discussão do materialismo histórico-dialético.

Conforme Gil (1995), a pesquisa bibliográfica se assemelha à pesquisa documental; a diferença primordial entre essas está relacionada à natureza da fonte. De acordo com Koche (1997), a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer e analisar as principais contribuições teóricas presentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se ferramenta indispensável para qualquer modelo de pesquisa.

O MOVIMENTO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Em 1984, surge, no Oeste e Sudoeste do Paraná, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que, junto a outros movimentos sociais e sindicais do campo, proporcionará a construção coletiva, de um projeto de educação que se contradizia com relação à Educação Rural. O MST é resultado da realidade econômica, política e social do país; engloba e sintetiza particularidades dos principais movimentos de luta pela terra no Brasil. Em suas argumentações, Fernandes (2001) caracteriza o MST como um movimento socio territorial, que tem como objetivo principal a conquista da terra pela ocupação.

O Movimento dos Sem-terra, tão ético e pedagógico quanto cheio de boniteza, não começou agora, nem a dez ou quinze, ou vinte anos. Suas raízes mais remotas se acham na rebeldia dos quilombos e, mais recentemente, na bravura de seus companheiros das Ligas Camponesas que, há quarenta anos, foram esmagados pelas mesmas forças retrógradas do imobilismo, colonial e perverso. O importante, porém, é reconhecer que os quilombos, tanto quanto os camponeses das Ligas e os sem-terra de hoje, todos em seu tempo, anteontem, ontem e agora, sonharam e sonham o mesmo sonho, acreditaram e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura da história como ‘façanha da liberdade’. (FREIRE, 2000, p. 60).

“O MST entende, portanto, que, partindo da prática produtiva para a educacional, estariam fazendo uma relação dialética entre teoria e prática, necessárias para o progresso econômico e social do país”. (BEZERRA NETO, 2003, p. 150). No entendimento de Arroyo (2002, p. 79), o movimento social, enquanto práxis sociais, “traz em si uma revolução no saber, no conhecer-se, educar-se e formar-se das classes”, pois “diferentes lutas educam as classes trabalhadoras e redefinem sua visão do social. No mesmo movimento global em que refazem o social, fazem-se como sujeitos sociais conscientes com identidade coletiva”.

Para Bezerra Neto (2003), o MST difere de todos os movimentos de luta pela terra do país, por ser um movimento nacionalmente organizado e possuir um projeto de sociedade socialista organizada mediante a formação educacional. O Movimento Sem Terra defende um programa educativo que tinha como condição fundamental a formação de um novo homem e uma nova concepção de sociedade voltada para a solidariedade. A luta desse movimento busca conceber a educação básica do campo.

[...] o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, tem defendido a construção de um novo paradigma social, através do binômio reforma agrária/educação. Essa mudança é compreendida por eles como condição *sine quo non*, para o desenvolvimento da nação e, ao mesmo tempo, como a possibilidade de diminuição da exploração sobre os trabalhadores, através de uma pedagogia que vise à fixação no campo. (BEZERRA NETO, 2003, p. 1).

CONTRIBUIÇÕES DO ENERA E DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

No período de seu surgimento, o MST promoveu dois importantes eventos: o 1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera), realizado no período de 28 a 31 de julho de 1997, e a Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, de 1998; ambos em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O nascimento da Educação do Campo tem como referência o 1º Enera. A discussão sobre uma proposta educacional para os povos do campo inicia-se com a Primeira Conferência Nacional sobre o tema “Por uma Educação Básica do Campo”. Confirmando a legitimidade da luta por políticas públicas adequadas e por um projeto educativo apropriado para os sujeitos que vivem e trabalham no campo, surge a Educação do Campo sobrepondo à educação rural.

Kollín, Nery, Molina (1999) afirmam que o 1º Enera tinha como objetivo intensificar um debate nacional sobre a educação do mundo rural, considerando o contexto do campo em termos de cultura específica, assim como a maneira de observar e se relacionar com o tempo, espaço e meio ambiente ao modo de viver, de organizar a família e trabalho. A gênese do termo “Educação do Campo” demanda da atuação dos movimentos organizados, na elaboração de políticas públicas educacionais voltadas aos assentamentos de reforma agrária. A expressão “campo” tem repercussão após o 1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária.

“A Educação do Campo [e no campo] nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012. p. 259).

A elaboração do Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro encerra o 1º Enera. Caldart (2003, p. 80) afirma que o manifesto destaca uma escola “[...] que desperte os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo”. Para Kolling; Nery; Molina (1999), educadores esclarecem, no

manifesto, a importância da educação como instrumento fundamental para a transformação da sociedade injusta e excludente. O manifesto se apresenta mais reivindicativo do que propositivo; a Educação do Campo como proposta mais orgânica é tema da 1ª Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo.

Na ocasião da 1ª Conferência Nacional de Educação do Campo, a expressão Educação do Campo aponta um novo sentido. Para Caldart (2004), “ser esse o momento do batismo coletivo de um novo jeito de lutar e pensar a educação para o povo brasileiro que vive e trabalha no e do campo”.

Educação do campo, e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações (CALDART, 2004, p. 13).

O movimento Por uma Educação do Campo é popular, com práticas de reivindicações e proposições dos movimentos sociais do campo organizados na Via Campesina³. De base política e pedagógica, articula, organicamente, generalidades importantes de prática social para pensar e definir, a partir das relações sociais e culturais, a escola e a Educação do Campo. Nas reflexões de Munarim (2008), o movimento “Por uma Educação do Campo”, devido à importância da causa para a sociedade, pelo conteúdo político e pedagógico, consolida-se como um movimento social orgânico de interesse geral.

A relação com a necessidade por educação justifica o caráter político do movimento Por uma Educação do Campo, tendo em vista as propostas dos movimentos sociais populares do campo por uma educação plena que identifica questões sociais e culturais pertinentes ao campo. O caráter pedagógico do movimento considera a luta por uma escola construída a partir de um processo de transformação na sociedade ou na realidade social dos sujeitos do campo.

Ribeiro (2010) sustenta que o movimento “Por uma Educação do Campo apresenta os desafios pela educação, na perspectiva e diversidade dos sujeitos que a faz, os trabalhadores do campo. Para Fernandes; Cerioli; Caldart (2004, p. 23), o movimento representa “educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói

³ Movimento mundial que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas.

referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz”.

Santos (2018) identifica, em linhas gerais, cinco princípios da proposta de Educação do Campo que a 1ª Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo considera como transformações essenciais à escola do campo. A primeira transformação é na função da escola, que tem o compromisso com a intervenção social e com a cultura do povo do campo. A segunda diz respeito à gestão das escolas como espaço democrático e público. A terceira seria na orientação pedagógica, propondo experiências da educação popular, incorporando outras formas de ensinar e aprender que ocorrem fora dos muros da escola. Uma quarta transformação diz respeito ao currículo da escola do campo que deve priorizar a formação humana, a relação do trabalho na terra, e a relação educação e cultura camponesa. Por fim, a quinta se relaciona à nova postura pedagógica dos educadores do campo ao manter diálogos com as comunidades camponesas.

Ocorreu em 2004, na cidade Luziânia-GO, a 2ª Conferência Nacional por uma Educação do Campo, com a preocupação de determinar, para a Educação do Campo, enquanto política pública permanente, um reconhecimento público característico. Nesse período, expandiram os grupos organizados, as universidades, e as representações governamentais, bem como a concepção de educação, a luta era para inserir os filhos dos trabalhadores do campo, em toda a educação básica, nas universidades públicas de graduações e pós-graduações, pois o campo também carece de profissionais qualificados para intervirem nessa realidade.

Em Molina (2006), a proposta de se conceber a educação do campo como política pública se estabeleceu na 2ª Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, que apresentou o lema Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado. Fundamentado nessa consideração, inicia-se a discussão de um novo perfil de escola do campo, não uma proposta de educação para os sujeitos do campo, e sim, uma proposta de educação envolvendo os sujeitos do campo.

Os interesses das forças dominantes brasileiras instituem a história da situação educacional que envolve a realidade do meio rural, situando a educação do campo entre períodos de presença e ausência na agenda política do país. Interesses das elites rurais conservadoras e urbano-industrial demonstram desconhecimento sobre a importância da

educação para os trabalhadores do campo, fazendo com que o aparecimento da escola no campo ocorra de maneira descontínua e tardia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o MST (2014), são inúmeras as dificuldades da educação do campo. O enfrentamento em relação à política educacional dominante é uma delas, pois apenas uma minoria da população consegue ter acesso a ela. Para Caldart (2009, p. 39), “a educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”.

O MST colaborou consideravelmente para o desenvolvimento de uma educação pensada para o campo, especialmente pelo movimento ser formado por sujeitos que procuram participar ativamente da política do país. Barbosa (2015) afirma que, para a pedagogia do MST, as associações camponesas são o sujeito pedagógico por natureza, e o processo educativo encontra-se para além do espaço escolar, visto que otimiza, pedagogicamente, todos os espaços e dinâmicas da luta pela terra.

O protagonismo da Educação do Campo ganha notoriedade a partir dos movimentos e lutas sociais do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, que entendem que as atuais políticas educacionais voltadas ao sujeito do campo o levavam à subalternidade e à margem do processo social. Assim, o MST buscou, no contexto social, políticas de valorização do direito a uma educação que contemple as diversas formas culturais do sujeito do campo, caracterizando-se como movimento importante para a formação de escola do campo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Lívia dos Reis. **Educação ambiental nos assentamentos de trabalhadores rurais do município de Buritis-MG: qualificação tecnológica para preservação do Bioma Cerrado**. Assunção, PY, 2017. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Americana, 2017.

ARROYO, Miguel. O direito do trabalhador a educação. In: GOMES et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4º Ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 75-92.

BARBOSA, Lia Pinheiro. **Educación, resistencia y movimientos sociales: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y de los Zapatistas**. México: LIBRUNAM, 2015.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. Campinas, SP, 2003. Originalmente apresentada como tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2003. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/EPOSIP/253589>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A escola do campo em movimento**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 60–81, jan./jun. 2003.

_____. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. v. 5.

_____. Sobre educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida (Org.) **Por uma educação do campo: campo, políticas públicas, educação**. Brasília, DF: Incra/MDA, 2008. p. 67-86.

_____. **Dicionário de educação no campo**. Rio de Janeiro: Editora da Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época).

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel G.; Caldart, Roseli Salete; MOLINA, Molina Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.19-63.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

GARCIA, Fátima Moraes. **A contradição entre teoria e prática na escola do MST**. Curitiba, PR, 2009. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1995.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática de pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília, DF: UnB, 1999.

MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. In: (Org.). **Educação do campo e pesquisa. Questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 324-331.

MST. Boletim da Educação. **II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária**. II ENERA. Textos para estudo e debate. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MUNARIM, Antonio. Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31. Caxambu, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação. Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Marilene. **Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n. 98, p. 185-212, jan./mar. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Livia/Desktop/ARTIGOS%20LIDOS/educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%203.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira. A relação trabalho e educação nas experiências escolares do MST. In: (Org.). **Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.